



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026 PROCESSO Nº 26/2026		Abertura em 15/06/2026 às 08h no sítio http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/	
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia elétrica, visando à revisão, diagnóstico, adequação, redução e recuperação de valores pagos nas faturas de energia elétrica, bem como à otimização dos custos do parque elétrico do Município.			
Valor estimado: O percentual máximo admitido para fins de remuneração será de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores efetivamente recuperados ou compensados, vedada a apresentação de proposta superior a referido limite.			
REGISTRO DE PREÇOS	VISITA TÉCNICA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	FORMA DE ADJUDICAÇÃO
Não	Facultativa	Sim	Global
DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO			
TODOS OS DOCUMENTOS RELACIONADOS NO ITEM XI – HABILITAÇÃO			
O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.			
EXCLUSIVA ME/EPP	RESERVA COTA ME/EPP	CATÁGOLO	
Não	Não	Não	
PRAZO PARA ENVIO PROPOSTAS:			
29/05/2026 às 7h até o dia 15/06/2026 às 7h59			
PEDIDOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES			
Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame			
TIPO			
Menor preço			
OBSERVAÇÕES GERAIS			
A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO			



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia elétrica, visando à revisão, diagnóstico, adequação, redução e recuperação de valores pagos nas faturas de energia elétrica, bem como à otimização dos custos do parque elétrico do Município.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PERCENTUAL DE REMUNERAÇÃO

DATA DA SESSÃO: 15/06/2026. **HORÁRIO:** 8h.

FORMATAÇÃO: ELETRÔNICA

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>

DISPUTA DE LANCES: ABERTA

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço:
<http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>

I. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE TAIÚVA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 45.339.611/0001-05, com sede administrativa na Rua Vinte e Um de Abril, nº 334, Centro, Taiúva/SP, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em sua forma eletrônica, pelo critério de julgamento de **MENOR PERCENTUAL DE REMUNERAÇÃO**, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia elétrica, visando à revisão, diagnóstico, adequação, redução e recuperação de valores pagos nas faturas de energia elétrica, bem como à otimização dos custos do parque elétrico do Município.

1.2. O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 3.144/2023 e demais disposições aplicáveis.

1.3. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela internet.

1.4. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira designada, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica:
<http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>

1.5. O edital estará disponível gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na plataforma eletrônica do Município e no sítio oficial: <https://www.taiuva.sp.gov.br/licitacao>

1.6. Serão observados os seguintes horários:

I – Recebimento das propostas: das 07h00 do dia 29/06/2026 até às 07h59min do dia 15/06/2026;

II – Início da sessão pública: às 08h00 do dia 15/06/2026.

1.7. Todas as referências de tempo observarão o horário de Brasília/DF.

II. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia elétrica, visando à revisão, diagnóstico, adequação, redução e recuperação de valores pagos nas faturas de energia elétrica do Município, bem como à otimização técnica, operacional e tarifária das unidades consumidoras integrantes do parque elétrico municipal.

2.2. A contratação compreenderá, dentre outras atividades correlatas:

I – levantamento e análise das unidades consumidoras;

II – revisão de enquadramentos tarifários, demandas contratadas, modalidades tarifárias e estruturas de cobrança;

III – verificação de inconsistências, cobranças indevidas, duplicidades, irregularidades tarifárias ou faturamentos incompatíveis;

IV – identificação de créditos passíveis de recuperação, compensação ou restituição;

V – elaboração de relatórios técnicos, laudos, pareceres e memórias de cálculo;

VI – instrução, acompanhamento e suporte técnico em processos administrativos junto à concessionária de energia elétrica;

VII – proposição de medidas voltadas à redução e otimização das despesas com energia elétrica;

VIII – acompanhamento técnico das medidas corretivas implementadas.

2.3. O objeto possui natureza predominantemente técnica e integrada, considerando a interdependência entre as atividades de diagnóstico, auditoria tarifária, análise técnica, recuperação de créditos e otimização energética.

2.4. A contratação não envolve cessão de créditos, mandato judicial, representação contenciosa ou contratação de serviços advocatícios.

2.5. As especificações completas constam do Termo de Referência – Anexo I.

III. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, observada a seguinte classificação:

Ficha 055

02 - Executivo

02.02 – Secretaria da Administração Geral

04.122.0005.2016 – Manutenção do Departamento de Planejamento

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334
CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

IV. CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento deverá ser realizado no Portal de Compras Municipal, no endereço: <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>

4.2. O credenciamento implica responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

4.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome.

4.4. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos dados cadastrais e mantê-los atualizados.

V. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Será assegurado tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.3. Ocorrendo empate na forma do item anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

5.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 5.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que esta apresente alguma restrição.

5.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da declaração de vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato administrativo.

VI. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

6.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da contratação e que estejam regularmente credenciados no sistema eletrônico utilizado pelo Município.

6.2. Não poderão participar:

I – empresas impedidas de licitar e contratar;

II – empresas declaradas inidôneas;

III – empresas que não atendam às condições deste edital;

IV – empresas enquadradas nas hipóteses do artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

V – empresas em processo de falência, ressalvada a hipótese de apresentação de plano de recuperação judicial homologado ou documento equivalente que demonstre viabilidade econômico-financeira.

6.3. Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.

6.4. A vedação à participação em consórcio justifica-se em razão da ausência de complexidade operacional que exija conjugação extraordinária de capacidades empresariais, bem como pela possibilidade de execução integral do objeto por empresa individualmente considerada.

6.5. A participação implica aceitação integral das condições deste edital e respectivos anexos.

VII. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Os licitantes encaminharão proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e horário estabelecidos.

7.2. A proposta deverá conter:

I – descrição detalhada do objeto;

II – percentual de remuneração incidente sobre os valores efetivamente recuperados, compensados ou restituídos em favor do Município;

III – declaração de que o percentual ofertado contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução contratual;

IV – validade mínima de 60 (sessenta) dias.

7.2.1. O percentual ofertado:

I – incidirá exclusivamente sobre valores efetivamente recuperados, compensados ou restituídos em favor do Município;

II – não incidirá sobre créditos estimados, projetados ou não homologados;

III – não gerará direito à remuneração em caso de inexistência de benefício econômico efetivamente revertido ao Município;

IV – deverá observar o limite máximo admitido pela Administração no Termo de Referência.

7.3. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução contratual, inclusive tributos, deslocamentos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, taxas, seguros, despesas operacionais e demais custos incidentes.

7.4. A proposta deverá considerar todas as obrigações previstas no Termo de Referência.

7.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade da licitante.

7.6. Não serão admitidas propostas com percentual superior ao limite máximo estabelecido pela Administração no Termo de Referência.

VIII. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

8.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo percentual de remuneração incidente sobre os valores efetivamente recuperados, compensados ou restituídos em favor do Município.

8.9.1. Será considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o menor percentual de remuneração variável, observadas as exigências de exequibilidade e compatibilidade com o objeto da contratação.

8.9.2. O percentual ofertado compreenderá todos os custos diretos e indiretos necessários à execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, despesas operacionais, deslocamentos, mão de obra técnica e demais despesas incidentes.

8.10. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTA”**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

8.11.1. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,5% (meio por cento).

8.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos.

8.12.1. Na hipótese de serem ofertados novos lances, nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública, haverá prorrogação automática por igual período.

8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente, prosseguindo o sistema com a ordenação e divulgação dos lances, conforme a ordem final de classificação.

8.14. Definida a melhor proposta, caso a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

8.14.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

8.18. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira.

8.19. No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

8.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da pregoeira aos participantes do certame, publicada no **PORTAL DE COMPRAS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334
CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

MUNICIPAL, <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. A sessão será reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.21. O critério de julgamento adotado será o menor percentual de remuneração incidente sobre os valores efetivamente recuperados, compensados ou restituídos em favor do Município.

8.22. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.25. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.28. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.29. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase do modo de disputa aberta.

8.30. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.31. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.32. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.33. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.34. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

8.35. Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

IX. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

9.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente percentual manifestamente incompatível com os custos mínimos necessários à adequada execução contratual, consideradas a complexidade técnica do objeto e as despesas operacionais inerentes à prestação dos serviços.

9.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334
CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

9.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade de sua proposta.

9.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

9.8. A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira.

9.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.11. Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.12. A pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

9.13. Também nas hipóteses em que a pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.14. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

X. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no **PORTAL DE COMPRAS MUNICIPAL**, e ainda nos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Relação de Apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado onde a empresa estiver sediada.

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao

responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.5. Constatada a existência de sanção, a pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.7. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS MUNICIPAL**, em relação à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.

10.8. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS MUNICIPAL**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.9. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela pregoeira lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

10.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.14. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.15. Os licitantes deverão encaminhar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da convocação para esse fim expedida, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação. Nada impede, contudo, que o licitante antecipe o envio desses documentos, anexando-os à proposta comercial.

10.15.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro Comercial no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sociedades mercantis e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.

c) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.15.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.15.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ); (disponível no site: www.receita.fazenda.gov.br);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (disponível no site: www.sifge.caixa.gov.br);

d) Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal (mobiliário) do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame:**

d₁) a regularidade para com a Fazenda **Federal** deverá ser comprovada pela apresentação da Certidão Conjunta Negativa de **Débitos relativos a tributos e contribuições federais** e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal ou emitida via internet (disponível no site: www.receita.fazenda.gov.br), ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

d₂) a regularidade para com a Fazenda **Estadual**, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação, deverá ser comprovada mediante apresentação da Certidão Negativa de **Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado**, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou emitida via internet, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

d₃) a regularidade com a Fazenda **Municipal** deverá ser comprovada por Certidão Negativa de **Tributos Mobiliários** expedida pelo Município em que o estabelecimento da empresa licitante estiver situado, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (disponível no site: www.tst.jus.br).

10.15.2.1. O licitante detentor do menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.15.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Certidão negativa de falências expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.15.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.15.4.1. A licitante deverá:

I - possuir registro no CREA;

II - comprovar disponibilidade de profissional habilitado em engenharia elétrica, regularmente inscrito no CREA, responsável técnico pela execução contratual;

III - comprovar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.15.4.2. Serão admitidos atestados relativos à execução de serviços relacionados a:

I – revisão e auditoria de faturas de energia elétrica;

II – análise e adequação tarifária;

III – recuperação, compensação ou restituição de créditos de energia elétrica;

IV – engenharia elétrica aplicada à gestão energética;

V – diagnóstico técnico de unidades consumidoras;

VI – eficiência energética e racionalização de despesas com energia elétrica;

VII – serviços correlatos compatíveis com o objeto licitado.

10.15.4.3. Admitir-se-á o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional.

10.15.4.4. Não será exigida identidade absoluta de objeto, admitindo-se comprovação de experiência em serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente, nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.15.4.5. A Administração poderá exigir comprovação de vínculo entre a licitante e o profissional indicado para execução dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334
CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

10.16. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados sob a forma original, por cópia simples ou autenticada por cartório competente.

10.17. As certidões terão validade pelo prazo nela consignados. Na sua omissão, valerão por 90 (noventa) dias, contados da data de sua expedição.

10.18. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos ou entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.19. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligências para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.20. Na análise dos documentos de habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.21. Na hipótese de o licitante não atenda às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atende ao presente ato convocatório.

10.22. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.23. A proposta mais vantajosa ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, ela será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.24. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.25. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.

10.26. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

10.27. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será **declarado vencedor provisório**.

10.28. OUTRAS DECLARAÇÕES

10.28.1. O licitante deverá apresentar todas as declarações que constam do **ANEXO III - DECLARAÇÃO CONJUNTA**, sendo:

- a) Que está ciente e concorda com as condições contidas estabelecidas neste edital e seus anexos;
- b) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos neste ato convocatório;
- c) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
- e) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XI. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado **vencedor deverá** ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas** a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

- a) Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução contratual e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

11.3. O percentual ofertado deverá ser expresso numericamente e por extenso, em percentual (%), observando-se até duas casas decimais.

11.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

XII. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O licitante interessado deverá manifestar, no prazo de **10 (dez) minutos**, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

12.2.1. O recorrente terá, a partir de então, o **prazo 3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante deste edital.

12.6. A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única.

XIII. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

a) nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **PORTAL DE COMPRAS MUNICIPAL**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

XIV. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará a licitação.

XV. DA CONTRATAÇÃO

- 15.1.** A contratação será formalizada mediante Contrato Administrativo.
- 15.2.** A adjudicatária será convocada para assinatura do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 15.3.** O prazo de vigência contratual será até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 15.4.** A recusa injustificada em assinar o contrato sujeitará a empresa às sanções legais.

XVI. DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

- 16.1.** A execução do objeto observará as etapas e diretrizes previstas no Termo de Referência.
- 16.2.** A contratada deverá realizar levantamento técnico completo das unidades consumidoras vinculadas ao Município, promovendo análise técnica, operacional e tarifária das respectivas faturas e contratos de fornecimento de energia elétrica.

- 16.3.** A contratada deverá apresentar relatório técnico circunstanciado contendo:

I – diagnóstico das unidades consumidoras;

II – inconsistências identificadas;

III – análise tarifária;

IV – estimativa fundamentada dos créditos passíveis de recuperação;

V – medidas corretivas recomendadas;

VI – plano de atuação administrativa;

VII – demonstrativos técnicos e memórias de cálculo.

16.4. A existência de estimativa de crédito não gera direito automático à remuneração variável, que somente será devida após efetiva recuperação, compensação ou restituição financeira em favor do Município.

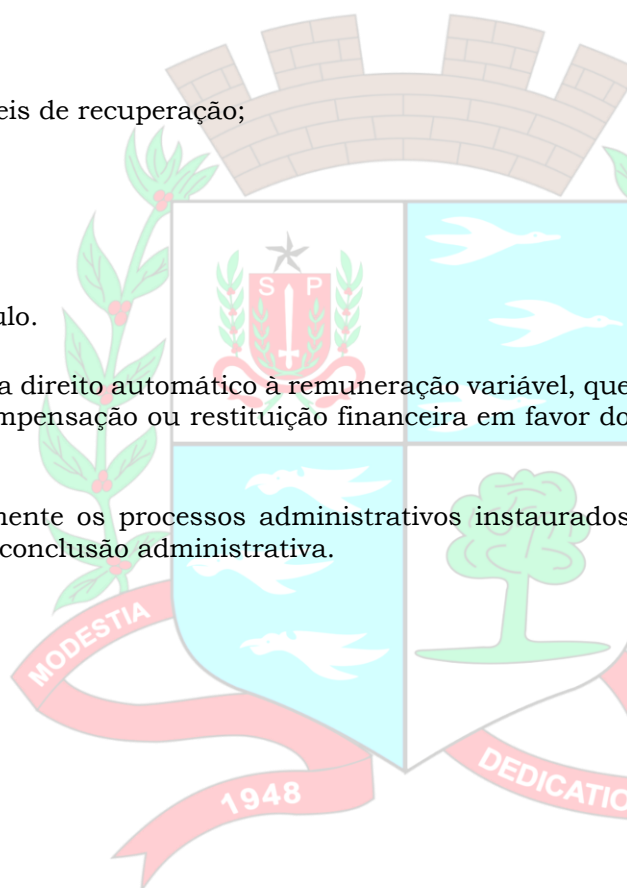
16.5. A contratada deverá acompanhar tecnicamente os processos administrativos instaurados junto à concessionária de energia elétrica até sua conclusão administrativa.

16.6. Os serviços deverão observar integralmente:

I – as normas da ANEEL;

II – as normas técnicas da ABNT;

III – as regras da concessionária distribuidora;



IV – a legislação aplicável ao setor elétrico.

16.7. Os documentos técnicos deverão ser entregues em formato digital editável e PDF, acompanhados das respectivas planilhas e memórias de cálculo.

16.8. A gestão e fiscalização contratual serão realizadas por servidor formalmente designado pela Administração.

16.9. A fiscalização poderá solicitar esclarecimentos, complementações, ajustes ou correções técnicas sempre que verificar inconsistências ou inadequações nos produtos apresentados.

16.10. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela qualidade técnica dos serviços executados.

XVII. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

17.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado.

17.2. Compete ao fiscal:

I – acompanhar a execução dos serviços;

II – verificar o cumprimento das obrigações contratuais;

III – emitir registros e relatórios;

IV – comunicar irregularidades.

17.3. A fiscalização não exclui a responsabilidade da contratada.

XVIII. DO PAGAMENTO

18.1. A remuneração da contratada será exclusivamente variável, vinculada ao desempenho, nos termos do artigo 144 da Lei Federal nº 14.133/2021, incidindo apenas sobre valores efetivamente recuperados, compensados ou restituídos em favor do Município.

18.2. A remuneração somente será devida após:

I – homologação administrativa do crédito;

II – compensação efetiva;

III – restituição financeira;

IV – reconhecimento formal do benefício econômico pela concessionária de energia elétrica.

18.3. É vedado pagamento:

I – sobre créditos estimados, projetados ou não homologados;

II – sobre valores não efetivamente revertidos ao Município;

III – sobre economia futura estimada;

IV – sobre créditos decorrentes de providências administrativas anteriormente implementadas pelo Município

18.4. Na hipótese de inexistência de recuperação, compensação, restituição ou benefício econômico efetivamente revertido ao Município, não haverá obrigação de pagamento à contratada.

XIX. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas nos artigos 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições deste edital, do contrato administrativo e da legislação aplicável.

19.2. Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei:

I – dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;

II – deixar de entregar documentação exigida para o certame;

III – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV – comportar-se de modo inidôneo;

V – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

VI – ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto;

VII – falhar na execução contratual;

VIII – fraudar a licitação ou a execução do contrato.

19.3. Pela prática das infrações administrativas poderão ser aplicadas, observada a gravidade da conduta, a natureza e a extensão do dano, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.4. A aplicação das penalidades observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.5. A aplicação das sanções administrativas não exclui a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334
CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

19.6. As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, na forma da legislação vigente.

19.7. A apuração das infrações e eventual aplicação de penalidades observarão procedimento administrativo próprio, assegurada a motivação da decisão administrativa.

XX. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

20.2. A impugnação deverá ser feita exclusivamente através do **PORTAL DE COMPRAS MUNICIPAL**, através do link: <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>; já os pedidos de esclarecimento deverão ser feitos através do endereço eletrônico: licitacao@taiuva.sp.gov.br.

20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no **PORTAL DE COMPRAS MUNICIPAL**, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 §1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

20.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

20.9. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o edital).

XXI. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

21.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.12. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.13. Este pregão poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

21.14. A anulação do pregão induz à extinção da ata de registro ou do contrato.

21.15. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

21.16. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.17. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): <https://pncp.gov.br/app/editais?q=taiuva&status=todos&pagina=1>, Portal de Compras Municipal: <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/> e no sítio eletrônico municipal: <https://www.taiuva.sp.gov.br/>.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

21.18. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III - Declaração Conjunta;

Anexo IV – Minuta de contrato.

Taiúva, 27 de maio de 2026.

MAURO VICENTE BERSI
PREFEITO MUNICIPAL

